



Evaristo de Miranda

Engenheiro Agrônomo, tem mestrado e doutorado em ecologia pela Universidade de Montpellier (França). Com centenas de trabalhos publicados no Brasil e exterior, é autor de 45 livros, incluindo Tons de Verde (português, inglês e chinês). Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária desde 1980, participou e coordenou mais de 40 projetos de pesquisa e implantou e dirigiu três centros nacionais de pesquisa. Atualmente é chefe geral da Embrapa Territorial, em Campinas, SP.

Europa e o desmatamento de além mar

Há algum tempo, a União Europeia (UE) busca enverdecizar suas importações. Agora, o Parlamento Europeu adotou uma resolução complexa para regulamentar e até suspender a importação de produtos agropecuários, quando originados de áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2019. A resolução aprovada dependerá da aprovação em cada um dos 27 estados europeus e de muitos entendimentos, incluindo com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa resolução é um misto de unilateralismo e neocolonialismo. Para ela, países tropicais parecem incapazes de gerir seus recursos naturais ou, pelo menos, do jeito desejado pelos europeus. Ela ignora as legislações ambientais nacionais, como o rigoroso Código Florestal. Em julho, em carta à Comissão Europeia, 13 embaixadores da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Malásia, Nigéria, Paraguai e Peru criticaram essa resolução por violar tratados internacionais e levar à pobreza e à insegurança alimentar.

Para analistas do agro, os europeus buscam impedir seus concorrentes de explorarem suas próprias terras e florestas. E eles não são bons exemplos nessa matéria. Na Europa, dos 100% de suas florestas originais restam 2,2%. Pequenos retalhos, espalhados pelo continente. O resto são florestas exploradas comercialmente e plantadas, em geral com espécies exóticas. Sem dar guarida a ursos, lincos ou lobos, como ocorre nas florestas originais.

A resolução do Parlamento europeu é pouco aplicável ao Brasil, apesar das cadeias produtivas envolvidas. O crescimento da produção agropecuária vem do uso de tecnologias modernas e não do aumento de área cultivada.

A soja representa cerca de 40% das exportações brasileiras para a UE e está desvinculada do desmatamento desde 2008, segundo Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

(ABIOVE). A UE importa cerca de 13 milhões de toneladas de soja por ano, dos quais uns 5 milhões para França. Só a França consome cerca de 160 kg de soja por segundo. Qual seria o impacto de suspender a exportação de soja na produção europeia de leite, queijos, frangos, suínos, salmão e também sobre cães, gatos e pets em geral, cujas rações dependem, e muito, da importação de soja brasileira?

O café, 16% das exportações para a UE, vem quase todo do Sudeste, sem desmatamento. O mesmo ocorre com a produção de celulose. Idem para a produção de frango e a carne bovina, cerca de 7% das exportações para a UE, das quais apenas pequena fração poderia ser afetada por tais medidas.

A resolução não visa o Brasil em particular e, sim, todas as florestas do planeta. Isto é, menos as dos países da UE. Os ministérios da Agricultura, das Relações Exteriores e do Comércio & Indústria trabalharão o tema junto a países europeus e de outros continentes.